

SUMÁRIO

Capítulo 1	
A SEGURIDADE SOCIAL E A LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	29
1. O Direito Previdenciário.....	29
2. A Origem e a Evolução da Seguridade Social no Mundo e no Brasil.....	29
3. A Evolução Legislativa Pátria.....	37
4. A Contextualização Histórica das Reformas da Previdência Social.....	40
5. A Seguridade Social.....	42
1. Universalidade da cobertura e do atendimento (UCA).....	43
2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS).....	44
3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços (SDBS).....	44
4. Irredutibilidade do valor dos benefícios (IRRVB).....	45
5. Equidade na forma de participação no custeio (EFPC).....	48
6. Diversidade da base de financiamento (DBF).....	48
7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (DDQ).....	49
8. Princípio da Solidariedade Social.....	49
6. O Financiamento da Seguridade Social em Linhas Gerais (CF/1988).....	52
1. Empregador.....	54
1.1. Folha de Salário.....	54
1.2. Receita ou Faturamento.....	55
1.3. Lucro.....	55
2. Trabalhador.....	55
3. Concursos de prognósticos.....	56
4. Importador de bens ou serviços do exterior.....	56
7. A Saúde.....	64
8. A Previdência Social.....	70

9. A Assistência Social	82
10. A Competência Legislativa da Seguridade Social e da Previdência Social	85
1. Competência Privativa	85
2. Competência Comum	85
3. Competência Concorrente.....	85
4. Competência Legislativa da Seguridade Social e da Previdência Social (CF/1988)	86
11. Legislação Previdenciária e suas Características.....	87
1. Conteúdo	87
2. Fontes	88
2.1. Fontes Materiais x Fontes Formais.....	88
2.2. Fontes Diretas x Fontes Indiretas.....	89
2.3. Fontes Principais x Fontes Secundárias	90
3. Autonomia.....	91
4. Aplicação das Normas Previdenciárias.....	92
5. Vigência	93
6. Hierarquia	94
7. Interpretação e Integração	96
7.1. Interpretação	96
7.2. Integração	97

Capítulo 2

A PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS BENEFICIÁRIOS.....	99
1. O Conceito de Previdência Social.....	99
2. Os Princípios Legais da Previdência Social	100
1. Universalidade de participação nos planos previdenciários (UPPP)	100
2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS)	101
3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios (SDBS)	101
4. Cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente (BSCC)	102
5. Irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo (IRRVB).....	102
6. Valor da Renda Mensal dos Benefícios (RMB) substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo (RMBSM).....	105
7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (DDQ)	105
3. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	107

4.	Os Segurados Obrigatórios do RGPS	110
4.1.	O Empregado	111
4.2.	O Empregado Doméstico	120
4.3.	O Contribuinte Individual	120
4.4.	O Trabalhador Avulso	137
4.5.	O Segurado Especial	139
4.5.1.	Segurado Especial com Outras Fontes de Rendimentos	146
4.5.2.	Manutenção da qualidade de Segurado Especial	149
4.5.3.	Perda da qualidade de Segurado Especial	152
5.	A Situação do Servidor Público perante o RGPS	153
6.	O Segurado Facultativo do RGPS	155
7.	A Manutenção e a Perda da Qualidade de Segurado do RGPS.....	160
8.	Os Dependentes dos Segurados do RGPS.....	166
1.	Regras Gerais.....	166
2.	Vínculos Conjugais Múltiplos	173
8.1.	A Manutenção e a Perda da Qualidade de Dependente.....	175
9.	O Conceito de Empresa e de Empregador Doméstico	178
10.	O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).....	180
Capítulo 3		
O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....		185
1.	O Financiamento da Seguridade Social em Detalhes.....	185
2.	As Receitas da União.....	188
3.	As Receitas das Contribuições Sociais.....	189
3.1.	Do Empregado, do Empregado Doméstico e do Trabalhador Avulso	190
3.2.	Do Contribuinte Individual e do Segurado Facultativo	191
3.3.	Do Produtor Rural Pessoa Física (PRPF) e do Segurado Especial.....	193
3.4.	Da Empresa em Geral.....	199
3.4.1.	Da Empresa sobre a Folha de Salários.....	199
3.4.2.	Da Empresa sobre o Faturamento e o Lucro.....	201
3.4.3.	Da Empresa sobre os Serviços prestados por Cooperativa de Trabalho.....	202
3.4.4.	Do Produtor Rural Pessoa Física (PRPJ)	204
3.4.5.	Da Agroindústria e da Cooperativa de Produção Rural	205
3.4.6.	Da Contribuição GILRAT e do Adicional GILRAT	208
3.4.7.	Da Instituição Financeira, da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP)	214
3.4.8.	Do Setor de Tecnologia da Informação	216
3.5.	Do Empregador Doméstico	218

3.6.	A Retenção Previdenciária	220
3.6.1.	O Conceito de Cessão de Mão de Obra e de Empreitada de Mão de Obra	220
3.6.2.	A Retenção na CMO e na EMO	221
3.6.3.	Os Serviços sujeitos à Retenção	224
3.6.4.	Os Serviços Não sujeitos à Retenção	228
3.6.5.	A Dispensa da Retenção.....	229
3.6.6.	A Retenção na Construção Civil.....	230
3.6.7.	A Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais.....	231
3.6.8.	As Disposições Especiais para a Retenção	232
3.7.	Do Clube de Futebol Profissional.....	232
3.8.	Do Concurso de Prognósticos.....	235
3.9.	Outras Fontes.....	236
4.	Disposições Constitucionais Difusas sobre as Contribuições Sociais	237
5.	Resumo das Contribuições Sociais	241

Capítulo 4

O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO 243

1.	O Conceito de Salário de Contribuição	243
2.	As Espécies de Salário de Contribuição	244
2.1.	O Salário de Contribuição do Empregado e do Trabalhador Avulso	245
2.2.	O Salário de Contribuição do Empregado Doméstico	248
2.3.	O Salário de Contribuição do Contribuinte Individual.....	248
2.4.	O Salário de Contribuição do Segurado Facultativo	249
3.	A Proporcionalidade no Salário de Contribuição	249
4.	O Reajustamento do Salário de Contribuição	250
5.	As Parcelas Integrantes do Salário de Contribuição	251
6.	As Parcelas Não Integrantes do Salário de Contribuição	258

Capítulo 5

A ARRECAÇÃO E O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À SEGURIDADE SOCIAL 283

1.	Introdução.....	283
2.	A Arrecadação e o Recolhimento das Contribuições Sociais.....	284
2.1.	Da Empresa.....	284
2.2.	Do Contribuinte Individual e do Segurado Facultativo	294
2.3.	Do Adquirente de Produção de PRPF.....	303
2.4.	Do PRPF e do Segurado.....	304
2.5.	Do Adquirente PF Não Produtor Rural	306
2.6.	Do PRPJ.....	307

2.7. Da Associação com Clube de Futebol Profissional	307
2.8. Do Empregador Doméstico	309
2.9. Da Cooperativa de Trabalho.....	311
2.10. Da Gratificação Natalina do Trabalhador.....	312
2.11. Na Rescisão do Contrato de Trabalho	313
2.12. Na Retenção Previdenciária	314
2.13. Resumo da Arrecadação e do Recolhimento	315
3. A Presunção Legal do Recolhimento das Contribuições Sociais.....	316
4. Responsabilidade pelas Obrigações Previdenciárias na Requisição de Mão de Obra de Trabalhador Avulso	317
4.1. Requisição em Conformidade com Legislação	317
4.2. Requisição Não Abrangida pela Legislação.....	319
5. A Imunidade das Contribuições Sociais	320
5.1. Requisitos para usufruto da Imunidade	321
6. A Remissão e a Anistia no Direito Previdenciário.....	323
7. A Decadência e a Prescrição das Contribuições Sociais	325
8. O Pagamento Extemporâneo das Contribuições Sociais	327
8.1. A Multa de Mora e os Juros de Mora	327
8.2. A Multa de Ofício.....	330
9. O Parcelamento de Contribuições Previdenciárias	334
10. A Prova de Inexistência de Débito.....	337
10.1. Disposições Gerais	337
10.2. A Certidão de Regularidade Fiscal	337
10.2.1. A CND.....	337
10.2.2. A CPEND.....	338
10.2.2.1. Modalidades de Suspensão do Crédito Tributário	338
10.2.3. A CPD	340
10.3. A validade da Certidão.....	340
10.4. O requerimento da Certidão	340
11. A Matrícula da Empresa e a Empresa em Débito com a Seguridade Social	341
 Capítulo 6	
AS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E OS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	343
1. A Obrigação Principal e a Acessória.....	343
2. As Obrigações Acessórias no Direito Previdenciário	345
3. A Solidariedade no Direito Tributário.....	358
4. A Solidariedade no Direito Previdenciário.....	361
4.1. As Disposições Gerais	362

4.2.	Os Responsáveis Solidários.....	363
4.3.	A Solidariedade na Construção Civil.....	365
4.3.1.	A Responsabilidade Solidária na Construção Civil.....	365
4.3.2.	A Elisão da Responsabilidade Solidária na Construção Civil.....	368
5.	Os Crimes contra a Previdência Social.....	369
5.1.	Crimes Previdenciários.....	370
5.2.	Crimes com Reflexos Previdenciários.....	376

Capítulo 7

A FILIAÇÃO, A INSCRIÇÃO E O PERÍODO DE CARÊNCIA	385	
1.	A Filiação e a Inscrição.....	385
1.1.	Introdução e Conceituação.....	385
1.2.	A Filiação.....	387
1.3.	O Reconhecimento da Filiação.....	388
1.4.	A Retroação da Data do Início das Contribuições.....	388
1.5.	A Inscrição.....	389
1.5.1.	A Inscrição do Segurado.....	389
1.5.1.1.	O CNIS.....	393
1.5.2.	A Inscrição do Dependente.....	396
2.	A Carência.....	398
2.1.	O Período de Carência.....	398
2.2.	A Carência e o Tempo de Contribuição.....	401
2.3.	Os Períodos de Carência dos Benefícios Previdenciários.....	402
2.4.	A Transição de Carência e o Congelamento de Carência.....	408

Capítulo 8

AS ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS E DE PRESTAÇÕES	411	
1.	As Disposições Gerais sobre os Benefícios e as Prestações.....	411
2.	As Disposições Específicas sobre os Benefícios e as Prestações.....	413
2.1.	A Aposentadoria por Incapacidade Permanente.....	414
2.2.	As Aposentadorias Programadas.....	419
2.2.1.	A Aposentadoria Programada (Regra).....	420
2.2.2.	A Aposentadoria Programada do Professor.....	420
2.3.	A Aposentadoria Compulsória.....	422
2.4.	A Aposentadoria por Idade do Trabalhador Rural.....	422
2.5.	As Aposentadorias do Segurado Deficiente.....	423
2.5.1.	A Aposentadoria Programada (Critério Idade).....	423
2.5.2.	A Aposentadoria Programada (Critério Tempo de Contribuição).....	425
2.6.	A Aposentadoria Especial.....	429

2.7.	O Auxílio por Incapacidade Temporária.....	438
2.8.	O Salário Família	444
2.9.	O Salário Maternidade	448
2.10.	O Auxílio Acidente.....	458
2.11.	A Pensão por Morte	459
2.12.	O Auxílio Reclusão	468
2.13.	O Serviço Social.....	472
2.14.	A Habilitação e a Reabilitação Profissional.....	473
2.15.	Os Benefícios de Legislação Especial	478
2.15.1.	Os Benefícios do Ex-Combatente da Segunda Guerra Mundial....	478
2.15.2.	A Pensão Mensal Vitalícia do Seringueiro (Soldado da Borracha).....	480
2.15.3.	O Benefício de Complementação de Aposentadoria do Ferroviário	482
2.15.4.	O Benefício de Complementação de Aposentadoria do Empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).....	484
2.15.5.	A Pensão Especial Mensal Vitalícia aos portadores de Hanseníase que foram submetidos a isolamento e internação compulsórios....	486
2.15.6.	A Pensão Mensal Vitalícia do Portador de Síndrome de Talidomida	488
2.15.7.	A Pensão Especial Mensal Vitalícia às Vítimas do Acidente Radio-lógico com o CÉSIO 137 em Goiânia-GO	490
2.15.8.	A Pensão Especial Mensal (Não Vitalícia) aos Dependentes das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru-PE	492
2.15.9.	A Pensão Especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 2015 e 2019	494
2.15.10.	A Pensão Especial aos Filhos e Dependentes Crianças e Adolescentes, Órfãos em razão do Crime de Feminicídio	495
2.15.11.	A Reparação Econômica em Prestação Mensal, Permanente e Continuada em substituição à Aposentadoria e à Pensão Excepcional devida ao Anistiado Político	497
2.15.12.	O Auxílio Especial Mensal aos jogadores da Seleções Brasileiras de Futebol campeãs das Copas do Mundo FIFA em 1958, 1962 e 1970.....	500
2.15.13.	A Pensão Especial aos Ex-Integrantes do Batalhão Suez.....	502
2.16.	O Seguro Defeso (o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal).....	503
2.17.	A Previdência Social dos Políticos	509
2.18.	O Abono Anual.....	510
2.19.	O Direito Adquirido.....	512
2.20.	A Desaposentação.....	513
3.	O Tempo de Contribuição no Direito Previdenciário.....	514
3.1.	A Comprovação do Tempo de Contribuição	517
4.	A Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição.....	520
4.1.	A Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários.....	524
5.	O Processo de Justificação	527

Capítulo 9

O CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO, A LEGISLAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO E OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS	529
1. O Salário de Benefício	529
1.1. O Extinto Fator Previdenciário	534
2. A Renda Mensal do Benefício	535
2.1. A Sistemática de Cálculo da Renda Mensal do Benefício	538
2.2. A Renda Mensal de cada Benefício	539
2.2.1. Os Benefícios que utilizam o Salário de Benefício.....	539
2.2.2. Os Benefícios que não utilizam o Salário de Benefício	542
2.2.3. O Resumo da Renda Mensal de cada Benefício	544
3. O Reajustamento do Valor do Benefício.....	545
4. A Decadência e a Prescrição das Contribuições Sociais (Parte de Benefícios)	546
5. Os Descontos nos Benefícios Previdenciários	548
6. A Acumulação dos Benefícios Securitários	549
7. O Acidente do Trabalho.....	554
7.1. A Comunicação do Acidente do Trabalho	561
7.2. A Ação Regressiva Acidentária	562
8. O Recurso das Decisões Administrativas Previdenciárias	564
8.1. O Conselho de Recursos da Previdência Social	564
8.2. Os Recursos no CRPS.....	566
9. O PIS e o PASEP	568
10. A Modernização da Previdência Social e Outras Disposições Legais	568
10.1. Lei n.º 8.212/1991	568
10.2. Decreto n.º 3.048/1999	569
10.3. Emenda Constitucional n.º 103/2019.....	571

Capítulo 10

OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS.....	573
Introdução.....	573
1. O Regime Próprio Antigo e o Regime Próprio Novo.....	573
2. O RPPS na CF/1988, na EC n.º 103/2019 e na Lei n.º 10.887/2004	575
3. O Custeio dos RPPS.....	575
3.1. Introdução.....	575
3.2. A Contribuição do Servidor no RPPS Federal	576
3.3. A Contribuição dos Aposentados e Pensionistas.....	579
3.4. A Contribuição dos Entes Políticos	580
4. As Aposentadorias Gerais nos RPPS.....	580

5.	As Aposentadorias Específicas nos RPPS	581
5.1.	A Aposentadoria do Servidor com Deficiência	581
5.2.	A Aposentadoria do Servidor Policial e Equiparado	582
5.3.	A Aposentadoria do Servidor que trabalha em Condições Especiais (nocivas).....	583
5.4.	A Aposentadoria do Servidor Professor da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	583
6.	O Abono de Permanência	584
7.	A Não Acumulação de Aposentadorias nos RPPS.....	585
8.	O Cálculo das Aposentadorias nos RPPS.....	585
8.1.	A Aposentadoria dos Servidores com Deficiência	586
9.	O Cálculo da Pensão por Morte.....	586
9.1.	A Pensão por Morte dos Servidores Policiais e Equiparados.....	588
9.2.	Regras do RGPS aplicadas às Pensões dos RPPS	588
9.3.	As Hipóteses de Acumulação de Pensões por Morte.....	590
10.	A Previdência Complementar Facultativa (RPPS novo)	591
11.	Os Limites dos Benefícios dos RPPS.....	593
12.	Os Agentes Público Excluídos dos RPPS.....	594
13.	A Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição	595
14.	O Princípio da Unicidade dos RPPS.....	595
15.	A Aplicação subsidiária das Regras do RGPS.....	595
16.	O Sistema Integrado de Dados da União	595
17.	A Hipótese de Extinção dos RPPS.....	596
18.	A Organização e o Funcionamento dos RPPS	597
18.1.	CF/1988 e EC n.º 103/2019	597
18.2.	Lei n.º 9.717/1998.....	598

Capítulo 11

0	REGIME DE PREVIDÊNCIA MILITAR.....	605
1.	O Regime de Previdência Militar.....	605
1.1.	Considerações Iniciais	605
1.2.	A Inatividade Militar	607
1.2.1.	A Reserva Remunerada.....	608
1.2.2.	A Reforma.....	611
1.3.	O Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.....	615
1.4.	O Custeio da Previdência Militar	615
1.5.	Os Proventos dos inativos	617
1.5.1.	A Estrutura dos Proventos	619
1.5.2.	O Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar	621

1.5.3. Os Descontos nos Proventos.....	622
1.5.4. Os Limites dos Proventos	623
1.6. Os Beneficiários do Militar	624
1.6.1. A Ordem de Prioridade.....	625
1.6.2. A Habilitação dos Beneficiários.....	627
1.6.3. A Declaração dos Beneficiários	629
1.7. A Pensão Militar	630
1.7.1. Os Descontos dos Pensionistas.....	632
1.7.2. A Habilitação da Pensão Militar	633
1.7.3. A Perda da Pensão Militar.....	634
1.7.4. A Reversão da Pensão Militar	635
1.7.5. A Melhoria da Pensão Militar	636
1.7.6. O Título, o Pagamento e o Cadastro de Pensionistas	636
1.7.7. As Disposições Gerais sobre a Pensão Militar	637
1.8. O Tempo de Serviço.....	639
1.9. O Militar inativo na Administração Pública Civil	641
1.10. A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI (Lei n.º 13.954/2019)	641
2. As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares	641

Capítulo 12

O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	645
1. Considerações Iniciais sobre a Previdência Complementar	645
2. A Previdência Complementar na CF/1988	646
3. O Regime de Previdência Complementar (Lei Complementar n.º 109/2001)	648
3.1. Introdução.....	648
3.2. Os Planos de Benefícios	650
3.2.1. As Disposições Comuns.....	650
3.2.2. Os Planos de Benefícios de Entidades Fechadas	653
3.2.3. Os Planos de Benefícios de Entidades Abertas.....	658
3.3. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)	660
3.4. As Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC).....	663
3.5. A Fiscalização.....	665
3.6. A Intervenção e a Liquidação Extrajudicial.....	666
3.6.1. A Intervenção.....	666
3.6.2. A Liquidação Extrajudicial.....	667
3.6.3. As Disposições Especiais	670
3.7. O Regime Disciplinar.....	674
3.8. As Disposições Gerais	676

4	A Relação entre os Entes Políticos e suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Lei Complementar n.º 108/2001)	678
4.1.	Introdução.....	678
4.2.	Os Planos de Benefícios	678
4.2.1.	As Disposições Especiais	678
4.2.2.	O Custeio	679
4.3.	As Entidades de Previdência Complementar patrocinadas pelo Poder Público e suas Empresas.....	680
4.3.1.	A Estrutura Organizacional.....	680
4.3.2.	O Conselho Deliberativo (CD)	680
4.3.3.	O Conselho Fiscal (CF)	682
4.3.4.	A Diretoria Executiva (DE)	683
4.4.	A Fiscalização.....	685

Capítulo 13

O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES FEDERAIS 687

1.	A Previsão Constitucional	687
2.	O Regime de Previdência Complementar dos Servidores Federais (Lei n.º 12.618/2012).....	688
2.1.	O Regime de Previdência Complementar.....	688
2.2.	As Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	692
2.2.1.	A Criação das Entidades	692
2.2.2.	A Organização das Entidades	693
2.2.3.	As Disposições Gerais	694
2.3.	Os Planos de Benefícios	696
2.3.1.	As Linhas Gerais dos Planos de Benefícios	696
2.3.2.	Os Recursos Garantidores	698
2.3.3.	As Contribuições	699
2.3.4.	As Disposições Especiais	699
2.4.	O Controle e a Fiscalização	700

Capítulo 14

O PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO E AS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 701

1.	O Processo	701
1.1.	O Conceito de Processo	701
1.2.	O Processo Administrativo Previdenciário.....	703
1.3.	A Dinâmica Processual Previdenciária	703
2.	Os Sistemas de Jurisdição	704
3.	Os Princípios do Processo Administrativo.....	705

4.	O Processo Administrativo x a Ação Judicial	710
4.1.	O Prévio Requerimento Administrativo	710
4.2.	A Ação Judicial impetrada no curso do Processo Administrativo.....	711
4.3.	A Coisa Julgada Administrativa.....	712
5.	A Ação Previdenciária.....	712
5.1.	Introdução.....	712
5.2.	A Competência Jurisdicional	713
5.2.1.	Os Benefícios Comuns e Assistenciais.....	714
5.2.2.	O Benefício Acidentário	717
5.3.	Os Juizados Especiais Federais.....	718
5.3.1.	A Lei dos Juizados Especiais Federais	719
5.4.	A Tutela Antecipada	722
5.6.	O Recebimento de Valores em Ações Previdenciárias	722
5.7.	A Prioridade na Tramitação.....	723
5.8.	As disposições do Regulamento da Previdência Social	724
6.	O Direito ao Melhor Benefício.....	726

Capítulo 15

A ASSISTÊNCIA SOCIAL	729	
1.	A Assistência Social na Constituição Federal.....	729
2.	A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).....	731
2.1.	As Definições e os Objetivos	731
2.2.	Os Princípios e as Diretrizes	734
2.2.1.	Os Princípios	734
2.2.2.	As Diretrizes	734
2.3.	A Organização e a Gestão	736
2.4.	Os Benefícios, os Serviços, os Programas e os Projetos de Assistência Social	751
2.4.1.	O Benefício de Prestação Continuada (BPC)	751
2.4.2.	Os Benefícios Eventuais	756
2.4.3.	Os Serviços Socioassistenciais.....	757
2.4.4.	Os Programas de Assistência Social.....	758
2.4.4.1.	A Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	758
2.4.4.2.	A Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).....	758
2.4.4.3.	O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	758
2.4.5.	Os Projetos de Enfrentamento da Pobreza.....	759
2.4.6.	O Auxílio Inclusão à Pessoa com Deficiência.....	759
2.4.7.	A Preferência no Pagamento de Benefícios Assistenciais.....	761

2.5. O Financiamento da Assistência Social.....	762
2.6. As Disposições Gerais	763
3. O Regulamento do BPC (Decreto n.º 6.214/2007)	764
3.1. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Beneficiário.....	764
3.2. A Habilitação, a Concessão, a Manutenção, a Representação e o Indeferimento	767
3.2.1. A Habilitação e a Concessão.....	767
3.2.2. A Manutenção e a Representação.....	772
3.2.3. O Indeferimento	774
3.3. A Suspensão e a Cessação.....	774
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	779